

A photograph of a chessboard with a wooden king and a grey rook on a black and white checkered surface. The background is a soft, out-of-focus light grey.

6^{to}

Congreso
Latinoamericano de
CIENCIA POLÍTICA

12, 13 y 14 de junio de 2012
FLACSO Sede Ecuador



Construção Histórica do Movimento Indígena Equatoriano

Felipe Addor – addor@ufrj.br

Universidad Federal do Rio de Janeiro¹

TEMA: *III. Participación, representación y actores sociales*

"Trabajo preparado para su presentación en el VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Quito, 12 al 14 de junio de 2012."

1 Pesquisador do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) e Doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Bolsista do CNPq – Brasil.

Resumo:

Apresentamos uma análise da construção do movimento indígena equatoriano, desde a sua relação com o Estado após a independência até o contexto político atual. Os indígenas conseguiram consolidar, a partir de 1990, o movimento social indígena mais forte da América Latina. Sua entrada no jogo político-eleitoral em 1996 representou uma grande mudança de cenário, levando, por um lado, a avanços na força do movimento e na inserção da questão indígena na agenda nacional, e, por outro, a debilidades estruturais. Entretanto, sua relação com a nova corrente *Alianza País* exalta problemas estruturais do movimento e o coloca em uma delicada encruzilhada.

Palavras-chave: Movimento indígena, Equador, Pachakutik

Key Words: Indigenous movement, Ecuador, Pachakutik

1 – FORMA-SE O MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA EQUATORIANO

1.1 Surgimento do movimento indígena

Nas primeiras três décadas de existência do Equador como país independente, havia legalmente uma distinção da população equatoriana entre os *blancos* e os *indios*. O Estado equatoriano os percebia e os tratava como duas formas diferentes de cidadania, com uma visão embebida na perspectiva colonialista herdada da época do império. Enquanto os brancos tinham todos os direitos de um cidadão da época, os indígenas tinham sua “cidadania” (se é que pode ser chamada assim) cerceada, e eram, inclusive, sujeitados a um tributo individual denominado *contribución personal de indios* recolhido pelo Estado.

Desde o nascimento do Estado equatoriano, em 1830, sua relação com os 'naturais' era tensa, pois esta população era vista como um problema, um obstáculo ao progresso. O objetivo do Estado era transformá-los, 'embranquecer-los', de forma que se integrassem ao projeto civilizador europeu hegemônico na época, conforme relatou Sánchez (2008:196):

En los múltiples intentos de 'proyecto nacional modernizador' que ensayó el Ecuador a lo largo de los siglos XIX y XX, la solución del 'problema del indio' ha pasado por educarlos; es decir, civilizarlos, o dicho de otra manera, someterlos a una transformación por la que dejen de ser indios.²

Ou seja, buscava-se mudar o indígena num processo de suposta “evolução”, como destacou Guerrero:

La construcción decimonónica y liberal del sujeto-indio como contraimagen y proyecto de la *ciudadanía blanco-mestiza*, reinención del indio en la imaginación republicana liberal como 'un otro' pasivo y animalizado que hay que liberar para que, una vez modificado 'el carácter peculiar de indio' – expresión de un teórico de la revolución liberal – alcance la ciudadanía ecuatoriana, dentro del modelo evolucionista y darwinista blanco-mestizo” (Guerrero, 1993: 99).

A partir de 1857, consolida-se, seguindo a visão liberal da época, um novo sistema de Estado nacional de cidadão livres e iguais, que, segundo Guerrero (1993), consiste em uma forma de delegação do poder e controle dos povos indígenas equatorianos. É abolido o 'tributo de indios', “última prolongación de una institución colonial en la república” (Guerrero, 1993: 85) e, com isso, a questão indígena desvincula-se do Estado. Toda a estrutura estatal-burocrática que tratava da identificação, mapeamento, tributação dos

2 O mesmo autor destaca que os requisitos para exercer cidadania na Constituição de 1830 eram: estar casado ou ter mais de 22 anos; ser dono de propriedade “raíz libre de 300 pesos” ou exercer uma profissão sem sujeição a outro; e não ser analfabeto. E conclui: “Como resulta evidente, ningún indígena de la época los podía cumplir” (Sánchez, 2008:196). Ibarra (2004:189) comenta que nas primeiras décadas da república os eleitores não chegavam a 1% da população.

indígenas, é desmontada e novas forças entram na cena política para manusear a mão-de-obra indígena do país:

Al retirarse el estado republicano de la administración inmediata de indígenas por la vía del tributo de indios – lo que exigía todo un aparato de funcionarios blanco-mestizos e intermediarios indígenas, prácticas y lógicas burocráticas, un campo público de control – el 'entendérselas' con los indios asentados en las comunidades de las haciendas y en los pueblos recayó en esta nueva formación política. (Guerrero, 1993:85)

Essa *nueva formación política* é composta pelas diversas formas de poder social exercido a nível local sobre os grupos indígenas: os fazendeiros, a igreja, os funcionários estatais locais, autoridades com legitimidade, outras formas de submissão dos trabalhadores indígenas aos interesses dos chefes locais e regionais; uma mezcla do poder local entre o público e o privado (Sánchez, 2008:197). Como colocou Guerrero, ocorre uma delegação de funções relacionadas à distribuição, condições de vida, de consumo, de produção e reprodução da população indígena, do estado-nação para níveis “periféricos y privados, los más inmediatos, cotidianos y dispersos del ejercicio del poder” (Guerrero, 1993:86).

Assim, durante quase um século (metade do século XIX a metade do século XX), em meio a esse contexto de construção da conceito da cidadania equatoriana, os indígenas ficam refém de uma dinâmica de integração ambígua, complexa, incompleta e submetida a diferentes forças e formas de dominação, apenas prolongando sua condição de população colonizada, através de imposições jamais formalmente instituídas mas “claramente conocidas y ejecutadas por consensos implícitos y la legitimidad silenciosa de la costumbre” (idem:89). Esse trecho do texto de Guerrero exemplifica regras, ditas e não-ditas, que compunham a complexidade da situação:

Sin la posibilidad de elegir o ser elegidos (exclusión del ejercicio de la soberanía), quedan excluidos de los cargos estatales por no ser hispano parlantes; poseen territorios étnicos (las parcialidades) que son a la vez desconocidos y reconocidos legalmente como 'terrenos baldíos de comunidad' (ley de 1868); su libre circulación depende del acceso a los caminos que permiten las haciendas; sus autoridades, instituciones de gobierno, fueros, lenguas, rituales, creencias son a lo sumo toleradas, pero nunca legalizadas y legitimadas. (ibidem)

Seguido a esse processo, o estado adotou duas medidas que fortaleceram a nova realidade. Por um lado, aprofundou os recortes de administração local, multiplicando e fortalecendo os âmbitos locais e regionais de gestão pública, aumentando a malha de funcionários jurídicos e policiais nesses níveis de governo. Por outro, aliviou a regulamentação e controle sobre as relações de trabalho, comerciais, produtivas, isto é, as relações cotidianas que se davam entre os *blancos* e os *indios*; ou como afirmou Guerrero: “relegó y delegó de facto la administración étnica al ámbito de lo *privado y doméstico*, la desplazó hacia la cotidianidad” (idem:91).

O sistema de administração da população indígena pelos poderes locais se manteve até a primeira Reforma Agrária (1964), mas aos poucos foi perdendo sua estrutura em função de mudanças de diferentes naturezas na realidade política, econômica e social equatoriana, como: melhoria da estrutura viária rural, facilitando a comunicação dos indígenas com o estado central; migração indígena da serra para a costa; perda de grandes fazendas pela igreja, em função da *Ley de Beneficencia* ou *de Manos Muertas* (1908); enfraquecimento do poder político nacional dos fazendeiros em função do surgimento e crescimento de uma burguesia comercial e industrial na serra; criação dos partidos socialista e comunista, com um início de projeto de mobilização popular; intervenção de

organizações internacionais de desenvolvimento, que rompem o cerco do poder local às comunidades indígenas; desenvolvimento de uma pequena propriedade camponesa mercantil (Guerrero, 1993:93; Sánchez, 2008). Conforme destacou Andrés Guerrero: “Para el momento de la manifestación de huasinpungueros³ en Quito, en diciembre de 1961, la administración étnica por delegación de poder se hallaba, a mi parecer, resquebrajada” (1993:93).

Sánchez (2008) e Yashar (2005) destacaram o papel da *Ley de Comunas*, de 1937, como uma tentativa do Estado de tentar amenizar o *problema del indio*. Oferecendo incentivos à criação de processos populares organizativos e cobertura legal às propriedades comunitárias indígenas, a lei, além de se mostrar como um primeiro intento de política pública direcionado à população indígena, contribuiu para a criação de um espaço de abrangência nacional de administração do conflito étnico, que nesse momento estava delegado unicamente aos poderes locais (Sánchez, 2008:200). Yashar (2005:89) destacou a lei como uma tentativa estatal de institucionalizar um maior controle sobre o campo, estimulando formas mais 'modernas' de governo nas comunidades através dos *cabildos* (um conselho executivo de 5 pessoas eleita pelos moradores). As demandas por políticas estatais, como pedido de legalização de terras, escolas públicas e crédito estatal exigiam que a comunidade tivesse uma figura jurídica (idem:90)⁴.

Entretanto, é apenas com as leis de Reforma Agrária de 1964 e 1973 que o Estado reassume realmente a questão étnica, com a reformulação de um aparato institucional para dar apoio à criação e acompanhamento de políticas para as populações indígenas.

1.2 A formação do movimento indígena equatoriano

O movimento indígena equatoriano (MIE) pode ser identificado como um dos movimentos mais fortes e importantes da América Latina, principalmente se considerada a intensa articulação com suas bases (Yashar, 2005; Lalander, 2009). A primeira grande organização representativa dos indígenas é criada em 1947: Federación Ecuatoriana de Indios (FEI), que era ligada ao *Partido Comunista del Ecuador* e tinha uma orientação de inspiração marxista (Yashar, 2005:100). Actuou como tradutora entre o Estado e a população indígena e teve um papel importante na Reforma Agrária em 1964, quando foi rompido o poder local enraizado na lógica da fazenda.

Consolidou-se como um órgão mediador dos conflitos locais espalhados pela região andina, tornando-se um aparato indigenista não-estatal, que articulou os diversos grupos indígenas, até então carentes de reconhecimento legal e de legitimidade. A Federação tinha como estratégias duas linhas: pressionar pelo cumprimento das leis trabalhistas e levar o conflito dos *huasinpungueros* para a cena política nacional, deslocalizando-o e desprivatizando-o (Guerrero, 1993:94-96). Tornou-se, portanto em um organismo de expressão e tradução de um grupo social, num processo que alguns críticos definem como *ventriloquia política*:

La FEI estableció un engarce organizativo con las comunidades huasinpungueras de hacienda. Por debajo del discurso de la creación de sindicatos campesinos, intuitiva y pragmáticamente enlazó con las formas organizativas pre-existentes en las haciendas por intermedio de los dirigentes – los *cabecillas* – de las comunidades huasipungo, se apoyó e utilizó el denso tejido de solidaridades interdomésticas, los canales de comunicación, de movilización y el universo simbólico comunales (Guerrero, 1993:96).

3 *Huasipungo* era o produtor rural, indígena ou não, que em troca do trabalho nos latifúndios, obtia uma parte de terra para fazer sua produção para subsistência.

4 Em 1947, 12 % da população rural equatoriana estava radicada em comunas (Ibarra, 2004:198).

Portanto, a FEI atuava como tradutora da população indígena, mas direcionando suas demandas para dentro de uma discussão política de direitos de classe, de direitos dos trabalhadores agrícolas, sem, no entanto, promover a luta por uma identificação de grupos que exigem um reconhecimento coletivo étnico, *ciudadanos-étnicos*, na sua relação com o estado equatoriano (idem:97). Por isso, embora a FEI tenha assumido um papel relevante no contexto político daquele momento, e tenha colocado no cenário político nacional um importante conflito existente principalmente no meio rural serrano, ela foi perdendo força pela sua incapacidade (ou desinteresse, já que ligada ao Partido Comunista) de representar as demandas étnicas dos povos indígenas e pelas novas mudanças estatais ocorridas nas décadas seguintes, conforme atestou Guerrero:

(...) Esta estrategia, que resultó exitosa para exigir la reforma agraria a comienzos de los años 1960 y, sobre todo, impulsar que la letra se cumpla en la década siguiente, fue totalmente descolocada por la modernización del estado en la segunda mitad de los años 1970 y por el surgimiento de organizaciones indígenas (idem:96)

O enfraquecimento das estruturas dos poderes locais de domínio sobre as populações indígenas, atrelada à atuação da FEI com sua perspectiva classista do conflito, fez com que a submissão dos indígenas aos donos de fazenda fosse cada vez menos num sentido colonizado e mais em uma relação tradicional capitalista de exploração de mão-de-obra, “las relaciones interétnicas económicas y simbólicas se asemejan cada vez más a simples vínculos contractuales (...) laborales o mercantiles anónimos” (Guerrero, 1993:97).

Da mesma forma, o estado equatoriano assume como estratégia a inserção dessa população, desses trabalhadores, como camponeses, “agentes de producción”. As políticas de inserção produtiva dessas populações elaboradas pelo Estado não tinham nenhum viés étnico, eram simples políticas de desenvolvimento rural que, apesar disso, lograram aproximar os camponeses e pequenos produtores rurais indígenas do governo central. Além disso, com essas políticas e a melhoria de condições de trabalho dos indígenas, estes começaram a organizar-se melhor, reestruturar os territórios comunais, formar organizações de segundo nível, e federações regionais e nacionais.

Entre as organizações nacionais indígenas mais importantes formadas nesse período (décadas de 1960 e 1980) estão a FENOCIN (Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras), a FEINE (Consejo de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicas de Ecuador) e a CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador).

A FENOCIN foi criada em 1968, primeiro como organização camponesa (seu nome original era FENOC) e sempre foi vinculada ao Partido Comunista. Portanto, tem como origem posições classistas em torno dos camponeses mas aos poucos foi assumindo questões étnicas, incorporando as reivindicações indígenas e negras. Sua atuação foi centrada na região andina e na costa, começando a organizar os trabalhadores rurais em sindicatos. Teve origem em movimentos católicos progressistas, e cada vez mais foi se aproximando de uma postura mais socialista e agressiva, com enfoque na luta de classes. A FEINE, criada em 1980, possui em sua origem uma mescla entre identidade étnica e religião, tendo estabelecido uma articulação entre organizações e comunidades indígenas evangélicas, chegando a formar um movimento eleitoral próprio (*Movimiento Indígena Amauta Jatari*).

A CONAIE configurou-se na organização nacional indígena de maior força desde a década de 1990. Seu surgimento está relacionado a espaços de diálogos entre as principais organizações regionais indígenas da Amazônia, *Confederación de*

Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE), fundada em 1980, e da serra, *Ecuador Runacunapac Richarimui*⁵ (ECUARUNARI), criada em 1972. De uma reunião de ambas nasceu, primeiro, o *Consejo de Coordinación de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONACNIE), em 1980, que tem como importância inicial a reivindicação do conceito de 'nacionalidades', dando uma guinada em relação à luta até então predominantemente enfocada nos conflitos de terra. Em novembro de 1986, no *Primer Congreso de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*, nasce a CONAIE, que, segundo relato da própria reunião (CONAIE, 1989 apud Sánchez, 2008:207), “fue un salto cualitativo del movimiento indígena en tanto que dejó de ser una organización de reivindicaciones y se convirtió en una organización política”.

Importante entender que o MIE, e particularmente a CONAIE, não nasce com uma formação nacional homogênea. Na realidade, há dois grandes processos ocorrendo em paralelo, com suas similitudes e diferenças, que têm como base a região serrana e a região amazônica⁶. Na Amazônia, a demanda maior sempre foi a luta pela plurinacionalidade. Estando geograficamente distante e bem determinados, os povos amazônicos têm como uma de suas principais bandeiras o reconhecimento de seus territórios, de suas nacionalidades, de suas línguas; desejam buscar o autogoverno, a autodeterminação de seu futuro. Viam a terra como recurso para sobrevivência e integridade étnica.

Por outro lado, os indígenas andinos possuem uma realidade mais intrincada com a sociedade branco-mestiça, com relações sociais, econômicas, culturais mais próximas. Portanto, embora desejem seu reconhecimento e políticas específicas, lutam para que sejam reconhecidos seus direitos dentro desse contexto de mistura étnica e de integração social, demandando o respeito às suas comunidades, o desenvolvimento de políticas específicas para a realidade rural andina dos indígenas. As organizações indígenas andinas, como a ECUARUNARI, tinham uma percepção da terra mais como recurso produtivo pelo qual deveriam lutar (Yashar, 2005:132).

Como colocou Yashar, ambos movimentos defendiam a autonomia local, mas com abordagens diferentes; enquanto as comunidades indígenas andinas lutavam pelo reconhecimento das propriedades comunais, as populações amazônicas desejavam manter seu controle efetivo sobre seus vastos territórios (Yashar, 2005:87). No fim, a percepção mais étnica e menos classista predominou na luta do MIE pelo território (Yashar, 2005:133)

Nesse contexto, surge a reflexão sobre a estratégia dos espaços de atuação do movimento indígena, que na história recente do Equador, oscilou entre buscar ganhar força nas institucionalidades existentes e criar institucionalidades próprias nos territórios de população estritamente étnica, como colocou Ospina et alli (2006:31):

Las organizaciones indígenas han oscilado constantemente entre la participación en las instituciones convencionales definidas por las normativas vigentes (los municipios y los Consejos Provinciales) y la creación de nuevas circunscripciones territoriales con autoridad exclusivamente sobre la población étnica.

Entretanto, os indígenas amazônicos sempre tiveram uma postura mais pragmática em relação à atuação política, em contraposição aos povos serranos cuja posição possuía sempre tendências mais ideológicas (Sánchez, 2008:211). Assim, são os indígenas amazônicos que lideram a proposta de conformação de um movimento político que entrasse na disputa eleitoral (Santillana, 2006:261).

5 O nome significa: “el despertar de los indígenas ecuatorianos”. <http://ecuarunari.org/portal/>

6 Para mais detalhes sobre formação do movimento indígena em cada região, ver Yashar (2005).

A CONAIE forma-se, portanto, por três organizações regionais, que lhe dão cobertura nacional: na serra, a ECUARUNARI; na amazônia, CONFENIAE; e na costa, a COICE (Confederación de Organizaciones Indígenas de la Costa Ecuatoriana – organização de menor relevância pela própria escassez de populações indígenas na região que cobre). Estas são compostas de diversas organizações provinciais e regionais que, por sua vez, tem articulação com diferentes organizações de primeiro grau a nível local, abrangendo comunas, cooperativas, associações, grupos. “El resultado es un modelo organizativo con mucha solidez y amplia presencia que se viene consolidando a lo largo de décadas” (Sánchez, 2008:208).

A força da CONAIE vem, além de sua articulação com as bases e suas organizações, de ter conseguido inserir-se como principal organização de intermediação das políticas públicas voltadas para a população indígenas, estando vinculadas a instâncias como o *Consejo de Nacionalidades y Pueblos del Ecuador* (CODENPE) e a *Dirección de Educación Bilingüe* (Yashar, 2005:131).

1.3 O Levantamiento Nacional Indígena de 1990

Pode-se afirmar que o movimento indígena converteu-se efetivamente em um movimento nacional a partir da década de 1990, tendo como marco o *Levantamiento Nacional Indígena*. Em maio de 1990, com a liderança da CONAIE, foi organizada uma grande mobilização que durou dez dias e que bloqueou estradas, paralisou os transportes públicos e ocupou igrejas, em uma bandeira de oposição às políticas neoliberais implantadas pelo governo central (Yashar, 2005:144). O *Levantamiento* também contou com a participação da FENOC-I (que ainda não havia agregado a questão negra), e a FEINE. As demandas colocadas pelos organizadores da mobilização estavam em três categorias: étnicas; cidadãs; e classistas⁷ (Yashar, 2005:145). Como não tinham uma postura estritamente étnica, mas também com demandas que eram similares a muitos outros grupos do país, foi a partir de então que o MIE assume o posto de principal movimento social reivindicativo do país.

O MIE conseguiu articular um discurso nacional baseado nas demandas de maior participação, resistência e oposição ao modelo neoliberal em direção à criação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural para o país. Uma das conquistas das manifestações de 1990 foi colocar em evidência a estrutura do sistema político de integração dos indígenas à comunidade equatoriana, baseado em uma visão colonialista de “civilização” daqueles povos. Em um texto imediatamente posterior à mobilização de 1990, Guerrero atenta para o fato de ainda serem muito presentes naquele momento as políticas que tinham como pano de fundo a aculturação dos povos indígenas e a busca por uma homogeneização dos cidadãos equatorianos, através de políticas culturais como:

La política de alfabetización en castellano (1989), la obligatoriedad de vestir uniformes comunes en todo el país para los escolares (1990), el servicio militar que inculca un sentimiento de odio nacionalista frente al Perú, el desconocimiento legal y la ilegitimación de las lenguas, culturas, leyes y formas políticas étnicas, la casi total exclusión de los indígenas de los cargos públicos y de los partidos políticos y, más sutil, la discriminación, acentuada por la crisis económica, que deslinda hoy en día a los indígenas como masa pauperizada de la población. (Guerrero, 1993: 100-101)

Assim, o movimento conseguiu colocar em questionamento a percepção do Estado em relação aos povos indígenas, exigindo uma abordagem que valorizasse sua cultura,

7 Para ver a lista de demandas da CONAIE, consultar León (1994:19-20).

respeitasse seus princípios, e considerasse a população nativa como diferente. São os primeiros passos que levariam à luta pela pelo Estado Plurinacional no Equador. O MIE começa a definir seu projeto político, em uma abrangência nacional e em uma perspectiva de longo prazo, como destacou um importante líder indígena, Luis Macas:

Así, es necesario reconocer que las percepciones que tenía la sociedad ecuatoriana sobre los indígenas han ido cambiando, en el sentido de que ya no se nos mira como precaristas o huasipungueros, no somos un gremio de campesinos, como se nos ha considerado desde la sociología tradicional, inclusive aquella de izquierda, y que por lo tanto nuestra lucha debería ser una lucha reivindicativa, en torno al parcelamiento de tierras y la reforma agraria. Ahora la sociedad ecuatoriana mira al movimiento indígena de otra manera y el mismo movimiento indígena tiene ahora plena conciencia de su identidad, lo que ha servido de base para realizar su propuesta nacional y a largo plazo. (Macas, 2000:1)

Nesse contexto de fortalecimento do MIE e das organizações indígenas criadas nas décadas anteriores, a articulação entre o sistema político e a população indígena alterou-se completamente. As novas organizações que aparecem no cenário político não entram como substitutas da FEI, que era um aparato indigenista de tradução para o mundo branco das reivindicações desses povos. Elas são estruturas baseadas na mobilização das comunidades indígenas, com líderes indígenas, que lutam pela inserção do seu mundo no contexto político, articulado a exigências de autonomia, autogoverno, autodeterminação. Cria-se um novo espaço de diálogo, de negociação direta entre esses cidadãos diferenciados, que exigem um reconhecimento étnico coletivo, e a cúpula do governo branco-mestiço. (Guerrero, 1993:100). Como afirmou Francisco Sánchez “el levantamiento de 1990 puede considerarse como la catarsis de un largo proceso de agregación a partir del cual 'lo indio' se convierte en un tema permanente de la agenda política nacional”. (2008:193)

Portanto, é nítido o caminhar do MIE, distanciando-se de uma reivindicação centrada na luta pela terra, que caracterizou o movimento nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, e aproximando-se da bandeira da plurinacionalidade, enfatizada na última década do século, que “es también la lucha por la educación intercultural bilingüe, el sistema de salud indígena, el derecho indígena, la reconstitución de los pueblos originarios, la circunscripción territorial, etc.” (Santillana, 2006:241).

Porém, pela sua capacidade de mobilização sem precedentes no país e como possuíam uma agenda abrangente e crítica ao sistema político vigente, os indígenas preenchem uma lacuna de interlocução dos movimentos sociais equatorianos com o Estado e “*se convierten en el interlocutor y mediador de las clases populares con el Estado*. Este es el paso de sujeto a actor político” [itálicos da autora] (Santillana, 2006:222). Ou como colocou Ramirez (2010:20): “Para inicios del siglo XXI, el movimiento indígena (...) se había colocado como el eje articulador del conjunto de organizaciones populares y fuerzas de izquierdas en el país”. Em 1994, uma nova mobilização, denominada *Movilización por la Vida*, tendo como principal bandeira o protesto a nova Lei Agrária que foi aprovada pelo Congresso, representou uma nova empreitada do movimento indígena, na luta pelos seus direitos (Yashar, 2005:148).

Nesse contexto, o MIE começa a discussão sobre a necessidade de estar dentro do sistema político para promover as transformações que demanda. Percebe-se que, para dar encaminhamentos efetivos às suas demandas de plurinacionalidade, autodeterminação e territorialidade, era necessário que as reformas fossem processadas de dentro do sistema político (Ramírez, 2010:21).

2 – MIE ENTRA NO JOGO POLÍTICO-ELEITORAL

Conforme apresentado anteriormente, embora haja diálogos entre indígenas equatorianos e o governo central desde a década de 1940, principalmente intermediado por líderes não indígenas, foi nos anos 1990 que começaram a explorar com mais solidez o sistema democrático para o relacionamento com os governos locais, regionais e nacional. Em 1995, o MIE opta por entrar no jogo eleitoral, a partir da compreensão de que era preciso estar dentro do Estado para alcançar algumas reivindicações. O movimento social, que se fortalece na última década do século, decide converter-se em um movimento político, começando a participar do sistema democrático, entrando no jogo eleitoral, na política de negociações e alianças.

O Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País (MUPP-NP), criado em 1995, representa uma nova plataforma política que reúne diferentes movimentos sociais do país em torno de uma luta que tem como diretrizes centrais a oposição ao neoliberalismo e a construção de uma alternativa nacional que possibilite uma forma diferente de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, centrado no ser humano e na defesa da vida (Santillana, 2006:218).

Essa declaração de uma liderança indígenas descreve bem o momento e as expectativas com a criação desse novo movimento político:

La propuesta política del Movimiento Indígena ha tenido, hasta el momento, una estrategia definida, y es la conformación de un frente amplio que aglutine y que amplíe la cobertura de lucha, con la finalidad de ampliar su espacio histórico con otros sectores importantes de la sociedad civil. El incursionar político del Movimiento Indígena, implica cambios, sugiere que esta incursión política nacional ha significado en realidad una forma, por llamarlo de alguna manera, de democratizar la democracia, de profundizarla, de darle nuevos contenidos. Creemos que este proceso ha empezado, cuando se conforma el Movimiento Pachakutik. Si bien éste tiene un fondo simbólico e histórico identificado con el Movimiento Indígena, el Movimiento Pachakutik es parte de una lucha general del pueblo, una lucha renovada que no le teme a la participación en los espacios institucionales, y que se convierte en una opción de cambio para la sociedad. (Macas, 2000).

Um aspecto relevante nesse contexto foi que apenas a partir da redemocratização do país (1979) que os indígenas começaram a ter alguma força política. Foram abolidas diversas restrições com relação ao direito ao voto, entre elas o analfabetismo, ampliando significativamente o poder político dos indígenas, principal população afetada por esses limites. Em Cotacachi, por exemplo, desde 1979 o movimento indígena local consegue eleger pelo menos um representante para o *Consejo Cantonal* (similar ao Conselho Municipal). Conforme colocou Yashar: “la etapa más reciente de democratización literalmente concedió derechos políticos a los indígenas, y de ese modo mejoró sus posibilidades de proclamar sus preferencias individuales en materia de representación política” (2008:404).

O contexto político contribuiu para a decisão do MIE de entrar no jogo eleitoral. As medidas neoliberais de Durán Ballén (1992-1996) encontravam cada vez mais resistência na população. Os atores mais ativos na articulação dessa corrente oposicionista haviam se agrupado na Coordinadora de Movimientos Sociales (CMS). Além disso, Freddy Ehlers, um apresentador de televisão mestiço que se mostrava sensível às demandas sociais, começou a entrar no meio político, aproveitando-se de uma figura de ator externo a esse meio desacreditado pela população, e vinha apoiado por um grupo chamado *Ciudadanos por un Nuevo País*, e conquistaram também o apoio da *Izquierda Democrática* e do *Partido Socialista-Frente Amplio*. Dessa forma, dessa articulação entre CONAIE, CMS e a

candidatura de Ehlers, nasceu o *Movimiento por la Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País* – MUPP-NP (Sánchez, 2008; Santillana, 2006).

Segundo Alejandra Santillana (2006:218), o movimento Pachakutik introduz três elementos no cenário político equatoriano: seu caráter de movimento permite o questionamento aos partidos tradicionais e ao sistema político; a democratização do espaço público através de diversos mecanismos e a construção da democracia desde as bases organizadas; a plurinacionalidade representada na conformação de um Estado que reconheça as distintas culturas, direitos coletivos e práticas territoriais. Além disso, com o Pachakutik, uma nova dinâmica de relacionamento se estabelece entre um movimento social e um movimento político-eleitoral, o que representou uma efetiva articulação entre diversos movimentos sociais em um exercício de carregar as reivindicações desses diferentes grupos:

La diversidad en el MUPP-NP es otra característica que marcará su identidad política no solo por la incorporación de demandas de los distintos sectores sino también porque configurará al movimiento como un espacio donde habitan intereses y planteamientos diversos que están en disputa (...) Seu principio fundamental será “Unidad en la diversidad” (idem:227 & 237).

Macas dá destaque ao que representou essa proposta de um novo movimento que desejava uma mudança de princípios que atingisse não apenas o âmbito político, mas a sociedade como um todo, numa tentativa de difundir para o país valores e práticas presentes no mundo indígena:

Pachakutik significa EL RETORNO DE LOS BUENOS TIEMPOS, que expresa cambios profundos en la concepción de la sociedad, del Estado, de las personas. No se trata solamente, por decirlo de alguna manera, de la fría cuestión de los cambios políticos, sino más bien hace referencia a cambios de actitudes, de conductas en el quehacer político social e individual. Lo primero que se plantea desde el Pachakutik, desde su visión es necesariamente los principios éticos con los que se manejaron nuestros antepasados (ama shua, ama quilla, ama llulla) ése es el Código de la Vida, pero en la interpretación actual necesariamente significa incorporar la ética a la política, es incorporar en el accionar político, en la vida cotidiana, la identidad, la reflexión sobre ella, de allí parte todo (Macas, 2000:4).

2.1 Participação Eleitoral

A primeira participação eleitoral do Pachakutik foi na disputa presidencial de 1996, quando lançou Freddy Ehlers e obteve um significativo 3o lugar, com 17% dos votos; mais representativo ainda se considerado que os dois candidatos que foram ao segundo turno obtiveram 22%. O Movimento conseguiu grandes mobilizações para a derrubada dos presidentes Abdalá Bucaram, em 1997, e de Jamil Mahuad, em 2000. Nesse período, o Pachakutik ampliava sua participação nos espaços de poder locais e regionais (provinciais), tendo como sua insígnia os 'governos participativos e inclusivos', que conseguiam, entre outras coisas, articular o diálogo com os diversos grupos, diminuindo os conflitos étnicos ainda presentes em função dos preconceitos contra os indígenas e das disputas de terra.

Em função de sua trajetória histórica e do sólido apoio das bases que possuía, a CONAIE vai cada vez tendo maior poder de direcionamento do MUPP-NP. Entretanto, isso não se dava sem conflitos internos que foram minando a força política do movimento. Já para as eleições de 2002, embora Pachakutik tivesse se articulado em torno da candidatura do militar Lucio Guitérrez, também concorre à presidência o ex-presidente da CONAIE, Antonio Vargas, pelo partido criado pelas organizações indígenas evangélicas *Movimiento Indígena Amauta Jatari*, com apoio destas e de organizações amazônicas (sua origem) (Ramirez, 2010:24). Portanto, em 2002, ocorre um período de grande ascensão dos conflitos internos no MIE. Porém, aliado ao *Partido Sociedad Patriótica* em prol da

candidatura de Gutiérrez, um dos líderes da derrubada de Mahuad, em 2000, o Pachakutik chega pela primeira vez ao poder central.

Embora possa parecer peculiar uma aliança entre o MIE e os militares, além de terem atuado junto na derrocada do presidente equatoriano em 2000, havia convergências na luta anti-privatizadora e a aproximação com o exército nos programas de desenvolvimento rural do governo. Ainda tinham posturas semelhantes na defesa das políticas desenvolvimentistas dos anos 1970, a crítica ao sistema de partidos e a indignação ao empobrecimento generalizado (Ramírez, 2010:23).

Era grande, portanto, a expectativa com o novo governo em 2002, com forte discurso nacionalista e de esquerda. Além disso, pela primeira vez na história, os indígenas eram parte do governo, o que dava à opinião pública a imagem de ética e mudança no cenário político.

No entanto, apesar de um discurso nacionalista, Gutiérrez começa a ter posturas semelhantes aos governantes anteriores, com tendência neoliberal⁸ (Ramírez, 2010:25). Não tardaram a começar os protestos nas ruas, que foram se intensificando até abril de 2005. A iniciativa cidadã, não necessariamente organizada, e de rádios públicas se organizou em uma grande mobilização denominada: *el cacerolazo*⁹, que congregou milhares de quiteños. A renúncia do *Comandante General de la Policía*, General Jorge Poveda, representou o início da queda de Gutiérrez, que saiu do Palacio de Carondelet em um helicóptero militar, em 20 de abril. Foi nomeado em seu lugar o vice-presidente Alfredo Palacio.

Com o conflito no governo, a força política do movimento Pachakutik começa a declinar vertiginosamente. As relações com a CONAIE foram de constantes desencontros na coordenação da ação coletiva. Também se debilitou a relação com o presidente que foi reduzindo o poder político dos indígenas no interior do seu governo. Se Pachakutik esteve à frente de três ministérios no início da gestão (Agricultura, Educação e Relaciones Internacionales), após seis meses, seus membros saem do governo e a CONAIE vira oposição (Sánchez, 2008:218; Yashar, 2008:422). Um dos efeitos dessa mal fadada empreitada foi o distanciamento de dirigentes mestiços do Pachakutik, que saíram do movimento ao serem responsabilizados pelo fracasso, levando ao controle completo pelas lideranças indígenas, o que se refletiu no maior peso do fator étnico nas eleições de 2006.

2.2 Nascimento do Alianza País e Divisão interna no Pachakutik

Na ocasião da queda de Gutiérrez, em 2005, um novo cenário político nacional se consolida. Começa a criação de um movimento que se apresenta como de esquerda, nascido fora do âmbito político tradicional, e defendendo uma bandeira de ética na política. O recém criado movimento Alianza País (*Alianza Patria Altiva y Soberana*) procura articular as diferentes bandeiras da esquerda no país numa tentativa de reestruturar o modelo político equatoriano, que vinha de três impedimentos presidenciais seguidos.

O movimento indígena, que já vinha enfraquecido pelo fracasso da articulação com o governo Gutiérrez, se divide fortemente entre os apoiadores do Alianza País e os que defendem uma candidatura própria. Segundo pessoas que acompanharam o processo, houve diálogos para a formação de uma chapa dupla, formada pelo candidato a presidência do Alianza País e futuro presidente, Rafael Correa¹⁰, e uma vice-presidência do Pachakutik

8 André Souza apresenta o costume da *policy switch* na política equatoriana (Souza, 2007)

9 *Cacerola* é panela em castellano.

10 Rafael Correa aparece na cena política como Ministro de Economia do governo Alfredo Palacio, em 2005, após a queda de Gutiérrez. Correa destacou-se na política por apresentar posturas mais críticas, como,

(Lalander, 2009:203). Entretanto, otimista em função do contexto de incerteza política e por ter representado o principal movimento social do país até início dos anos 2000, o movimento Pachakutik opta por sair com candidatura própria. A divisão interna do movimento indígena e a exclusão de outras identidades que sempre tiveram presentes em seu discurso além da étnica, são causas apontadas para o fracasso eleitoral do MUPP-NP em 2006, quando Luis Macas obtém pouco mais de 2% dos votos (Sánchez, 2008:219). Como colocou Ramírez, a bem armada atuação de dupla face, no campo dos movimentos sociais e no campo político, se desestruturava; “*la estrategia dual entraba en crisis*” (2010:25).

O MIE se vê no seu momento mais enfraquecido desde o *Levantamiento* de 1990. Entre as causas do conflito, está a constante divergência entre as correntes dentro do movimento e do Pachakutik, com uma clara divisão geográfica entre os amazônicos e os andinos, que divergem em muitos pontos sobre a estratégia de atuação, e que está diretamente relacionado ao novo viés mais fortemente étnico dessa organização, conforme destacou Sánchez:

A nivel organizativo, el reto constante de la CONAIE ha sido superar el conflicto de poder entre los indígenas amazónicos y los de la Sierra, que va más allá de un puro asunto regional e implica toda una visión de la organización. (...) Pachakutik ha ido redefiniendo su proyecto político, que pasó de ser una propuesta de izquierda plural, combinada con reivindicaciones étnicas, a una centrada en lo étnico (2008:230)

A entrada de lideranças indígenas em governos locais e regionais representou uma grande oportunidade de visibilidade para o MIE, que conseguiu apresentar avanços efetivos na democratização de espaços públicos. São diversos os exemplos de experiências de democracia participativa nos governos indígenas: Guamote, Cotacachi, Saquisilí. Entretanto, a falta de conformação de uma estratégia nacional que articulasse essas experiências acabou levando ao seu enfraquecimento, principalmente após a entrada do Alianza País no contexto político-eleitoral.

3– O CONTEXTO ATUAL E O MOVIMENTO INDÍGENA EQUATORIANO

O furacão da transformação política do Equador após a derrubada de Gutiérrez em 2005 ampliou a gama de possibilidades de caminhos políticos. A mobilização da população em busca de mudanças na política equatoriana foi impressionante. Criaram-se diversos grupos que debatiam e propunham mudanças. A esperança com o governo de Rafael Correa era grande. Pois se apresentava como uma alternativa aos partidos e políticos tradicionais que levaram ao grande descrédito do sistema político.

Apesar de não ter uma longa trajetória política de base, Correa foi capaz de assumir os principais discursos que mobilizavam a população equatoriana. Enquanto isso, o MIE passava por um de seus momentos mais desorganizados, e passava por um dilema: converter-se em um partido exclusivamente indígena ou desenvolver-se, como era a ideia inicial, em um movimento político pluriétnico (BURBANO DE LARA, 2006). Burbano destacou que, se, por um lado, o MIE estava arriscado a isolar-se caso não aceitasse aliar-se ao Alianza País, por outro, seria difícil imaginar uma esquerda renovada, crível, viável, sem a participação indígena (2006). O MIE acabou tomando o caminho do isolamento, e tornou-se se oposição ao governo de Correa, e das mais críticas.

por exemplo, contrárias ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Foi um dos fundadores do Alianza País, com o qual ganhou as eleições de 2006, assumindo a Presidência da República em 15 de janeiro de 2007.

São inegáveis e numerosos os avanços para o contexto político equatoriano com Rafael Correa. Após sua eleição, foi realizada, entre os anos de 2007 e 2008, uma assembleia constituinte com o objetivo de reformar a constituição equatoriana e que contou com massiva participação da sociedade. A possibilidade de interferência da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, foi marcante para a história do país e levou à inserção de diversas demandas sociais na nova constituição. O fortalecimento do papel do Estado na sociedade, a estabilidade política, conseguida em seguida a três presidentes derrubados, a ampliação das políticas sociais, o maior controle sobre os setores econômicos estratégicos, a institucionalização de espaços de participação cidadã, são alguns dentre as várias conquistas do governo Correa.

Entretanto, ao longo do governo, sua relação com a sociedade e particularmente com os movimentos sociais não tem sido muito pacífica. Num cenário no mínimo paradoxal, no momento do governo da *Revolución Ciudadana*, em que a esquerda consegue, depois de longa data, estar à frente do governo central, o que se percebe é um enfraquecimento dos movimentos sociais, uma erosão do conjunto da mobilização social no Equador, o que coincide com um decaimento das tendências participativas e associativas que haviam ganhado força na história recente (Ramírez, 2010:34).

Em relação ao MIE, a decisão, 15 anos atrás, de entrar no jogo eleitoral teve impactos diretos no seu caminhar. Muito são os avanços conseguidos a partir dessa estratégia, seja pelas experiências de governo, pela inserção da questão étnica na agenda política nacional, pela ampliação dos espaços de negociação, pela maior capacidade de interferir na construção de políticas de governo.

Por outro lado, também são destacados aspectos negativos que foram consequência direta dessa decisão, como a perda do potencial “contestatario y subversivo” (Ospina et Alli, 2006:103) e o enfraquecimento organizativo e as divisões internas que foram geradas pela participação nas eleições. A expectativa de transformar o meio político que havia desde que o Pachakutik começou a participar de eleições, e principalmente no momento que entra no governo central com Gutiérrez, parece ter sido frustrada, num cenário que apresenta o movimento inverso, isto é, ao invés do MIE ter mudado o meio político, foi o sistema político tradicional que interferiu no movimento social. Ospina et alli argumentaram “Ambas lecturas de los resultados de la participación electoral podrían tal vez confluir en la idea de que si el movimiento indígena pretendió democratizar el Estado ecuatoriano, lo que ocurrió fue más bien que terminó 'estatizándose' él mismo” (ibidem).

Percebe-se uma perda do direcionamento da agenda do MIE, que, segundo Luis Macas, ocorreu em função da intervenção e influência externa ao movimento que acabaram por distorcer a agenda. Ainda que os indígenas estejam presente politicamente na gestão local, a articulação da luta nacional se enfraqueceu, por um lado, pela presença e desgaste da participação político-eleitoral, por outro, por falta de articulação e visão nacionais:

Y no es que yo descarto la participación político electoral del movimiento indígena, no es que sea totalmente negativa; yo creo que puede ser un camino. Lo que yo digo es que los objetivos del movimiento Pachakutik, cuando recién se iba creando, [eran] ir hacia el interior de la institucionalidad, pero para darle guerra, para luchar desde la institucionalidad, no para sentarme y acomodarme (Macas, 2010: 10).

Como citado anteriormente, um dos momentos de maior crise do MIE em sua participação política, e sobre o qual recaem a maioria das críticas, tanto internas quanto externas, foi na aliança feita com Lúcio Gutiérrez, o que terminou por fragmentar o

movimento e por fazer com que perdesse muito da confiança e esperança que muitos de seus eleitores, inclusive brancos, negros e mestiços, haviam depositado até então. Como destacou Miguel Carvajal, “han tenido algunos tropiezos serios en su conducción y uno de sus principales fue la alianza con Gutiérrez. La traición de Gutiérrez le pasó factura al movimiento indígena y sobre todo a su dirección” (apud Harnecker, 2010).

Esse momento de paralisia, de enfraquecimento, entretanto, não representa um risco de desaparecimento do MIE do cenário político equatoriano, principalmente porque o grande bastião desse movimento são as comunidades e as organizações de base indígenas.

Outra questão levantada por autores é a percepção é de que alguns quadros indígenas foram institucionalizando-se na estrutura governamental e se viram engolidos pela burocracia, (2005:302), o que leva a um desgaste da própria liderança e impede, muitas vezes, a construção de planejamento e ações mais estratégicas no sentido de fortalecimento do MIE e de luta pelas reivindicações indígenas

Assim, a relação do MIE com o Estado está em um momento complexo, tenso e com débil vínculo político, tanto por problema internos do próprio movimento, quanto pela presença fortalecida do governo central em todo o país. Este agir do governo atual está representando uma reterritorialização do Estado equatoriano, que dá respostas à grande ausência que caracterizou período anteriores, e tem efeito direto em diversas questões, como a mobilização das comunidades e a legitimidade das organizações sociais tradicionais.

Mario Unda destaca dois tipos de críticas colocadas no âmbito do conflito entre movimento indígena e governo Correa e de enfraquecimento do primeiro, que, embora careçam de uma análise real, apontam para o debate central (Unda, 2009). Primeiro, há um grupo que critica o MIE por não ser de esquerda, “comparado com a esquerda moderna”, porque priorizaria suas necessidades particulares, coletivas e individuais, teria se tornado indigenista, perdendo a perspectiva geral de transformação. Por outro lado, o MIE, na visão de opositores ao governo Correa, teria perdido seu potencial revolucionário por ter “sucumbido aos cantos das sereias” dos projetos de desenvolvimento e da cooptação institucional (Unda, 2009:12).

Apesar disso, o autor, na análise dos resultados eleitorais de 2009, afirmou que o Pachakutik ainda resiste principalmente na vitalidade de suas organizações de base, e teve resultados eleitorais que podem até ser considerados surpreendentes. A presença política do movimento se mantém forte na região central da serra e no sul da Amazônia equatoriana, e sua debilidade maior é no âmbito nacional (Unda, 2009:14; Lalander, 2009:213)

Em meio às lideranças do MIE, principalmente da CONAIE e Pachakutik, há uma grande crítica ao governo, principalmente por ter uma postura de não respeitar as dinâmicas organizativas dos movimentos sociais, e pelas políticas desenvolvimentistas de exploração de recursos naturais, o que vai de encontro às demandas indígenas por um desenvolvimento alternativo. Macas (2010:9) criticou o processo da *Revolución Ciudadana*, afirmando que o povo não é partícipe, “al menos los diferentes sectores organizados, las organizaciones históricas que han generado todas esta propuesta de cambios, que han elaborado agendas de lucha”. O líder do movimento indígena destacou o impacto que o novo governo vem tendo sobre o movimento indígena, principalmente com duas consequências: a cooptação, não apenas dos líderes e dirigentes, mas também das organizações de base, comunas, organizações de segundo grau; a divisão, com a manipulação das políticas indigenistas, como o CODENPE e a Educação Bilingue, para semear divergências no movimento. Para Macas, isso faz parte de uma estratégia do governo para enfraquecer os setores mobilizados que seriam contrários a uma política de crescimento econômico centrada na exploração extrativista (Macas, 2010:9).

Em resumo, mais do que uma decisão política tomada por divergências programáticas, a opção do Pachakutik de não aliar-se ao movimento Alianza País nas eleições de 2006 parece ter sido estimulada por dois fatores: o fracasso na articulação com o *Partido Sociedad Patriótica*, de Gutiérrez em 2002, o que exaltou resistências quanto à aliança com políticos de fora do movimento indígena; interesses particulares de pessoas ou grupos que desejavam crescer politicamente apresentando-se como candidatos principais no pleito presidencial, estimulado pelo rebuliço político que abria espaço a novas forças. Entretanto, essa opção acabou direcionando o movimento Pachakutik (que não pode ser confundido com o MIE) para a oposição ao governo; o que poderia ter sido uma articulação que permitiria a inserção dos principais movimentos sociais do país no Estado e garantiria, talvez, um diálogo mais próximo com as demandas das populações indígenas e outros grupos tradicionais, tornou-se num conflito político que ao mesmo tempo que enfraquece e divide o MIE, não permite que este contribua nas diretrizes e caminhos traçados pelo atual governo.

Atualmente, há uma séria dificuldade em se conseguir caracterizar e definir claramente o que se tornou e quais as diretrizes do MIE. Seguindo a linha da análise de Luis Macas (2010), o MIE precisa fazer uma avaliação de sua atuação, principalmente desde sua entrada na disputa político-eleitoral, e retomar a construção de sua agenda, de suas articulações, a partir de suas bases, de suas comunidades, como uma forma de reconfigurar-se e de aproximar a luta que vem tendo no contexto político nacional com as demandas e realidades das populações indígenas ao redor do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRANGO Cadena, Luis. Le Fenocin frente al gobierno de Rafael Correa. Em: **Revista R**, Quito, No 3, p. 32-37, janeiro-fevereiro, 2010a.

BURBANO DE LARA, Felipe. Ecuador: Los dilemas de Pachakutik. **Diario Hoy**, Quito, 06/06/2006. Disponível em: <http://servindi.org/actualidad/opinion/714>. Acesso em: 22/08/2011.

GUERRERO, Andrés (1993). De sujetos a índios a ciudadanos étnicos: de la manifestacion de 1961 al levantamiento indígena de 1990. Em: Adrianzén, A. et alli **Democracia, etnicidad y violencia política en los países andinos**. Lima, Perú: IEP : Instituto Francés de Estudios Andinos, p. 83-101.

GUERRERO, Fernando (2011). **Fernando Guerrero**, Professor da Universidad Andina Simón Bolívar. Depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Felipe Addor. Quito: Universidad Andina, 2011. Arquivo digital.

GUERRERO Cazar, Fernando; OSPINA Peralta, Pablo. **El poder de la comunidad: ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatorianos**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

HARNECKER, Marta. **Las complejas relaciones del gobierno de Correa con los movimientos sociales; entrevista de Marta Harnecker a Miguel Carvajal**. 2010. Disponível em <http://www.rebellion.org/docs/118229.pdf>. Acessado em: 25/08/2011.

IBARRA, Hernan. La comunidad campesino/indígena como sujeto socioterritorial. Em: **Revista Ecuador Debate** # 63. Quito: Centro Andino de Acción Popular, setembro, 2004.

LALANDER, Rickard. Los indígenas y la Revolución Ciudadana. Rupturas y alianzas en Cotacachi y Otavalo. Em: **Revista Ecuador Debate** # 77. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 2009.

LARREA Maldonado, Ana María. Presentación. Em: OSPINA, Pablo (coord.). **En las fisuras del poder: Movimiento indígena, cambio social y gobiernos locales.** Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos: CLACSO. 2006.

LEÓN Trujillo, Jorge. **De campesinos a ciudadanos diferentes: El levantamiento indígena.** Quito: CEDIME/Abya-Yala, 1994.

MACAS, Luis. Diez años del Levantamiento del Inti Raymi en Ecuador. **América Latina en movimiento**, No 315. 13 de junho 2000. Disponível em: http://alainet.org/active/show_text.php3?key=764. Acesso em 15/08/2011.

MACAS, Luis. Conversaciones sobre el gobierno, el movimiento indígena y el movimiento popular. Em: **Revista R**, Quito, No 4, p.7-15, março, abril, maio, 2010.

ORTIZ, Santiago. **COTACACHI: una apuesta a la democracia participativa.** Quito: FLACSO-Ecuador, 2004.

OSPINA, Pablo (coord.). **En las fisuras del poder: Movimiento indígena, cambio social y gobiernos locales.** Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos: CLACSO. 2006. 319 p.

PRESIDENTE alerta sobre la consulta. **Hoy**, Quito, 23/01/2011. Disponível: <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/correa-pone-en-duda-idoneidad-de-pacari-454580.html>. Acesso em: 18/08/2011/

RAMÍREZ Gallegos, Franklin. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). Em: **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO). Año XI, N° 28, noviembre 2010.

SANCHÉZ , Francisco. **¿Democracia no lograda o democracia malograda? Un análisis del sistema político del Ecuador: 1979-2002.** Quito: FLACSO, 2008.

SANTILLANA Ortiz, Alejandra. Proceso organizativo y límites del proyecto político de Pachakutik. Em OSPINA, Pablo (coord.). **En las fisuras del poder: Movimiento indígena, cambio social y gobiernos locales.** Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos: CLACSO. 2006, p. 215-265.

SOUZA, André L.C.F.. **Reflexões sobre a crise política do Equador: governabilidade e atuação do Executivo perante os conflitos entre poderes, as pressões internacionais e os movimentos sociais.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007.

UNDA, Mario. Hacia la segunda fase de la “revolución ciudadana”. **ADITAL**. Quito, mayo 2009. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=38898>. Acesso em: 20/01/2011.

YASHAR, Deborah J. **Contesting citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the postliberal challenge.** New York: Cambridge University Press, 2005.

YASHAR, Deborah J. Política indígena en los países andinos: patrones cambiantes de reconocimiento, reforma y representación. Em: Mainwaring et alli. **La Crisis de la Representación Democrática en los Países Andinos.** Bogotá: Grupo Editorial Norma. 2008. 387-438.